



5094762



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

ATA DA 126^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

REALIZADA NOS DIAS 11 E 12 DE JUNHO DE 2025.

Brasília, na data da assinatura.

Nos dias onze e doze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Edifício Multi Brasil, SAUS, Quadra 5, Bloco A lotes 09/10 – Asa Sul e por meio da plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada a 126^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI). Estiveram presentes na reunião os seguintes participantes: **Dia 11/06/2025** - Conselheiros(as) – Alexandre da Silva, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Marilda de Oliveira Brito Cohen, Representante do Ministério das Cidades (MCID); João Luiz Andrade Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Shirlei Correa Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Lídia Rafaela Barbosa dos Santos, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); Ana Lúcia Sanches, Representante do Ministério da Educação (MEC); Paulo Afonso de Araújo Quermes, Representante do Ministério do Esporte (MEsporte); Cleide Lemes da Silva, Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Fábio Régis Sparremberger, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Ana Paula Schwelm Gonçalves, Representante do Ministério da Previdência Social (MPS); Camila Maria Mendes do Nascimento, Representante do Ministério da Saúde (MS); Eloá Nascimento dos Santos, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Rodrigo Morelez Canez, Representante do Ministério do Turismo (MTur); Arilda de São Sabbas Pucú, Representante da Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior, Representante da Aliança Nacional LGBTI+; Raimunda Goreth Assunção Espindola, Representante da Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves, Representante da Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APN's); Denise Luci Castanheira, Representante da Associação Nacional de Defensoras(es) Públicos (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Representante da Associação Nacional de Gerontologia do Brasil (ANG Brasil); Graciliana Selestino Gomes da Silva, Representante do Coletivo Indígena Wakonã; Rosangela Maria Lucinda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos, Representante do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); Eni Carajá Filho, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Lucimar Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Bernadete Dal Molin Schenatto, Representante da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI-CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI-CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini, Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Convidados – Letuza da Silva Reis (CISPI/AP); Noenes de

Souza Pereira (CES/CISPI/AP); Francivaldo Queiroz (CES/CISPI/AP); Durval de Souza Filho (MCID); Douglas Barbosa (CG-CNDPI); Bruno Mendes, (CG-CNDPI); Ana Lúcia da Silva, (CG-CNDPI); Ermelinda Melo (CG-CNDPI); Luma Bittencourt (CG-CNDPI). **Dia 12/06/2025** – Conselheiros(as) - Alexandre da Silva, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); Sr. Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Arilda de São Sabbas Pucú, Representante da Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior, Representante da Aliança Nacional LGBTI+; Raimunda Goreth Assunção Espindola, Representante da Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas (ABRAZ); Marlene Aparecida Gonçalves, Representante da Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APN's); Denise Luci Castanheira, Representante da Associação Nacional de Defensoras(es) Públicos (ANADEP); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Representante da Associação Nacional de Gerontologia do Brasil (ANG Brasil); Graciliana Selestino Gomes da Silva, Representante do Coletivo Indígena Wakonã; Warley Martins Gonçalves, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP); Rosangela Maria Lucinda, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Betânia Maria Pereira dos Santos, Representante do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); Eni Carajá Filho, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Lucimar Batista da Costa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Bernadete Dal Molin Schenatto, Representante da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI); Epitácio Luiz Epaminondas, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI-CUT); Marco Antônio Guilherme dos Santos, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos (SINTAPI-CUT); Claudia Regina de Oliveira Zanini, Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG); Durval de Souza Filho, Representante do Ministério das Cidades (MCID); João Luiz Andrade Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Shirlei Correa Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura (MINC); Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); Lídia Rafaela Barbosa dos Santos, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); Ana Lúcia Sanches, Representante do Ministério da Educação (MEC); Paulo Afonso de Araújo Quermes, Representante do Ministério do Esporte (MEsporte); Cleide Lemes da Silva, Representante do Ministério da Igualdade Racial (MIR); Fábio Régis Sparremberger, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO); Camila Maria Mendes do Nascimento, Representante do Ministério da Saúde (MS); Eloá Nascimento dos Santos, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Rodrigo Morelez Canez, Representante do Ministério do Turismo (MTur). Convidados - Letuza da Silva Reis (CISPI/AP); Noenes de Souza Pereira (CES/CISPI/AP); Francivaldo Queiroz (CES/CISPI/AP); Ronaldo Lima da Silva, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP); Adilson Rodrigues da Silva, Representante da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP); Elenilson Souza, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Mariano Abuchain Representante do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); Daniella Cunha, Representante do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN); Artur C. M. Sousa, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Paula Erica Batista de Oliveira (CGDPI/SNDPI); Luma Bittencourt (CG-CNDPI); Douglas Barbosa (CG-CNDPI); Bruno Mendes (CG-CNDPI); Ana Lúcia da Silva (CG-CNDPI); Ermelinda Melo (CG-CNDPI).

Abertura da reunião – Dia 11/06/2025: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a 126ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI) cumprimentando todos os presentes. Inferiu também que seria uma reunião duplamente simbólica, primeiro por se tratar do mês alusivo ao combate e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa (junho violeta), segundo porque será a última reunião ordinária da atual gestão do CNDPI. Sendo assim, agradeceu a todos e todas que contribuíram e pelo êxito obtido durante a gestão. Seguidamente, passou-se a leitura da pauta, que segue: **Dia 11/06/2025 - 09h às 09h10:** Abertura e verificação do quórum; **09h10 às 09h20:** Aprovação da pauta; **09h20 às 11h30:** Tema: 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 6ª CONADIPI: Andamento; Informes da Comissão Organizadora Nacional; Orçamento/Custos da Conferência; Conferências Livres Nacionais; Andamento das Conferências Municipais; e Calendário; **11h30 às 12h:** Apresentação sobre o fim da Gestão 2023-2025; **14h às 14:30 –**

Informações sobre Processo Eleitoral do CNDPI; 14h30 às 18h: Reunião das Comissões Permanentes; Às 15h a Presidência do CNDPI e um representante de cada Comissão Permanente estarão em reunião com o Ministro de Estado da Previdência Social, Wolney Queiroz. Dia 12/06/2025 - 09h às 09h10: Abertura e verificação do quórum; 09h10 às 09h20: Aprovação da Ata da 125ª Reunião Ordinária; 09h20 às 12h: Tema: Operação “Sem Desconto”: Respostas da CGU, PF e MPS; Fala da COBAP; e Encaminhamentos; 12h: Intervalo para o almoço; 14h às 14h30: Ações da Secretaria para os próximos meses; 14h30 às 15h Junho Violeta; 15h às 15h30: Apresentação dos 44 anos de existência do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan; 15h30 às 17h30: Relato das comissões e grupos temáticos; 17h30 às 18h: Informes gerais; 18h: Encerramento. Adiante, o Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas inferiu que durante a última reunião, realizada em Curitiba, houve uma discussão acerca da utilização do recurso do Fundo Nacional do Idoso (FNI), que foi aprovada, mas no momento não havia quórum qualificado. Diante disso, ponderou que seria necessário referendar a proposta. Posteriormente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu a Comissão Organizadora Nacional da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (6ª CONADIP) e todos que a compõem. Ressaltou que a comissão tem se reunido com total regularidade de 15 em 15 dias, para deliberar sobre as tratativas da conferência, sempre trazendo informações atuais sobre o cenário conferencial. Em seguida, passou-se ao item: Tema: 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – 6ª CONADIP: Andamento; Informes da Comissão Organizadora Nacional; Orçamento/Custos da Conferência; Conferências Livres Nacionais; Andamento das Conferências Municipais; e Calendário. Com a palavra, a Conselheira Bernardete Dal Molin Schenatto pontuou que o Brasil está mobilizado, pois os mais simples municípios, de pequeno porte, estão realizando suas conferências, o que é algo extremamente positivo. Ressaltou também que é um momento digno de ser relembrado, pois será um grande momento, algo nunca visto a nível nacional. Ato contínuo, a Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva informou sobre como tem sido realizada as tratativas do processo conferencial e como têm se desenvolvido as conferências municipais e estaduais. Após, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho propôs que a apresentação que foi elaborada pela Secretaria do CNDPI, possa ser encaminhada a todos(as), a fim de que haja um padrão para as pessoas de desejam palestrar nas conferências. Adiante, o Secretário Nacional Alexandre da Silva fez algumas considerações. A primeira acerca da importância do ano de 2025, principalmente pelo término da gestão atual do CNDPI. Agradeceu também ao Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho pela condução, e a Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva que representa a coordenação atual, bem como as anteriores; e a todas as pessoas que fizeram parte e estiveram presentes no conselho ajudando a construir um espaço consolidado. O segundo ponto é sobre à importância de saber equilibrar as diferentes opiniões no processo de tomada de decisão, garantindo uma coordenação eficaz, mas também valorizando a contribuição dos mais diversos saberes. O terceiro ponto relaciona-se ao ano de 2026, que é um ano eleitoral. Considerou que algumas ações devem ser, urgentemente, concluídas, pois devido as eleições, muitas pessoas vão evitar entrar em debates. Em seguida, sugeriu que seja definido, em relação à conferência, o que precisa ser discutido dentro do conselho e o que é atribuição das comissões, pois não é pertinente que haja um retrabalho. O último ponto sendo mais sensível foi relacionado à data da 6ª CONADIP, atualmente prevista para ocorrer de 5 a 8 de novembro de 2025. Informou que esse período coincide com a realização da COP30, que acontecerá no Estado do Pará. Devido à magnitude do evento internacional, a Casa Civil e as secretarias executivas têm avaliado os impactos na logística, principalmente quanto à capacidade hoteleira e à disponibilidade de serviços na região. A previsão é de grande sobrecarga, dificultando inclusive a reserva de hospedagens. Além disso, foi destacado o risco de ausência de autoridades importantes, inclusive ministros e o próprio Presidente da República, que já manifestou interesse em participar da conferência. Diante desse cenário, foram apontadas três possibilidades: Manter a data atual (5 a 8 de novembro); aguardar definição da Casa Civil sobre eventual mudança; antecipar a decisão e propor nova data. Como alternativa, foi apresentada a possibilidade de realizar a conferência de 8 a 13 de dezembro, no CICB, em Brasília, onde já há reserva de espaço. Por fim, informou que, caso haja alteração na data, isso poderá impactar também o cronograma das conferências municipais e estaduais, permitindo mais tempo para organização. Sugeriu a realização de uma reunião extraordinária para tratar do assunto. Antes do início das falas inscritas, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou sobre a participação da Presidência em conferências municipais realizadas em Manaus (AM), Vitória (ES) e Cuiabá (MT). Destacou o caráter representativo dos eventos, com ampla participação social e presença dos Conselhos Municipal, Estadual

e Nacional, fortalecendo o diálogo entre as esferas. Em Manaus, a conferência contou com mais de 500 participantes, número comparável ao de uma conferência estadual. Ressaltou a importância das conferências como espaços de fortalecimento dos movimentos sociais e estímulo à atuação dos conselhos, inclusive com a participação de pessoas em sua primeira conferência. Mencionou ainda o impacto positivo das reuniões descentralizadas do CNDPI, como as realizadas em Fortaleza e Curitiba, e o interesse de outros estados em sediar futuros encontros. Por fim, informou que há um aumento significativo na criação de fundos da pessoa idosa, crescimento da arrecadação e tendência de ampliação no número de conselhos ativos, dados que estão sendo consolidados e serão divulgados oficialmente em breve. Após, aberto as considerações, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú inferiu que a fala do Secretário Nacional Alexandre da Silva possui colocações que devem ser discutidas à parte para não comprometer a pauta. Em resposta, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho pontuou que a referida questão foi proposta a fim de que haja uma otimização do tempo e do espaço, já que é o momento propício para que possa ser discutida a conferência. E para que os conselheiros(as) que quiserem, possam se posicionar ou fazer uma proposta de encaminhamento. Na sequência, a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima registrou interesse em que constasse em ata sua concordância quanto ao encaminhamento referente ao Eixo 2 da 6ª CONADIP, solicitando que seja verificada a possibilidade de participação da Secretaria Nacional de Cuidados e Família do MDS como expositora/palestrante no Eixo 2 da Conferência. Adiante, a Conselheira Lucimar Batista da Costa inferiu que a 6ª CONADIP não dá para competir com a COP30, então é importante repensar em datas sem nenhum tipo de prejuízo para o conselho. Posteriormente, o Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior ressaltou que pela primeira vez está conseguindo ter diálogos em eventos de alcance nacional que falem sobre o envelhecimento LGBTQIA+, como na Parada a ser realizada em São Paulo. Pontuou também sobre a importância de que esse tema seja debatido não só no mês de junho, mas durante todo o ano, para que não seja esquecido. Finalizou reforçando que é importante ir de encontro com o público de profissionais do sexo, travestis, pessoas em situação de rua, onde há uma grande concentração de pessoas LGBTQIA+. Considerou como pertinente realizar o adiamento da conferência nacional e fazer juntamente com a dos Direitos Humanos. Ato contínuo, a Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva ponderou que considera muito importante que a data da conferência seja alterada, pois todo o mundo estará voltado para as ações que estão sendo realizadas na COP30. E como representantes da Sociedade Civil, possuem a responsabilidade de estarem participando do evento, juntamente com os segmentos e a população. Questionou também que não ficou claro qual será o apoio da secretaria e do Governo na realização das conferências livres. Inquiriu também sobre a quantidade de delegados, representantes da sociedade civil, que irão participar da Conferência Nacional da Pessoa Idosa, pois é algo de extrema importância. Em resposta, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou, em relação às conferências livres nacionais, que houve um excelente resultado, considerando que é o primeiro processo conferencial que contempla tal modalidade na pauta da pessoa idosa. Ressaltou também que alguns segmentos não estão com seus representantes nessas conferências, porque estão realizando suas próprias conferências livres. Sobre a mudança da data, concordou com a alteração e propôs, como sugestão, que ela seja realizada em dezembro. Após, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú concordou com a alteração da data de realização da conferência nacional e considerou que, com relação às conferências livres, que algumas delas possam ter a participação de vários segmentos como mulher, ciganos, indígenas, quilombolas etc. Adiante, o Conselheiro Norivaldo Pereira de Lima Júnior ressaltou a importância de ter uma cadeira no CNDPI para as pessoas LGBT+. Inferiu que após a reunião realizada em Curitiba, a maior valia foi mostrar para região sul que existem homossexuais idosos e que merecem um espaço. Sendo assim, a comunidade se sente muito agradecida ao Secretário Nacional Alexandre da Silva por ter apoiado e insistido para que pudesse participar do conselho. Posteriormente, a Conselheira Marlene Aparecida Gonçalves agradeceu a oportunidade de poder participar do conselho, representando a população negra, pois antigamente se ouvia falar da população negra institucionalizada, que viviam nos abrigos e asilos, mas hoje trata da pessoa negra idosa no quilombo, na periferia e na zona urbana. Em seguida, o Secretário Nacional Alexandre da Silva inferiu que acha interessante que o prazo de realização das conferências municipais e estaduais possa ser prorrogado também. Ressaltou, para que seja um próximo ponto de pauta, a criação de novas alternativas de comunicação com a pessoa idosa, pois o Instagram não foi algo efetivo. Ato contínuo, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho informou, acerca dos encaminhamentos, que

parece haver consenso de que a data da 6ª CONADIPPI seja alterada, então solicitou ao Secretário Nacional Alexandre da Silva para que possa verificar a nova data e informar os conselheiros(as). O outro ponto diz respeito à solicitação feita para que possa ser pensado em outras estratégias de comunicação com a população idosa, divulgando a Conferência Nacional. Após, passou-se ao item solicitado pelo Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas acerca de uma proposta apresentada na reunião que foi realizada em Curitiba, porém não havia quórum qualificado para deliberação. Sendo assim, com a palavra, o Sr. Bruno Mendes pontuou que na reunião de abril, da Comissão de Orçamento e Fundo, foi sugerida uma proposta sobre a utilização dos recursos remanescentes do fundo. A proposta envolvia a impressão e distribuição de materiais para promover a disseminação de conhecimento sobre a pauta da pessoa idosa. Seguidamente, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho complementou as informações passadas, informando que a seguinte proposta, elaborada pela Comissão de Orçamentos e Fundos, seria colocada em regime de votação: utilização da verba no importe de R\$ 525.762,00 reais seja destinada a dois objetivos, impressão e distribuição de materiais que promovam a disseminação e conhecimento sobre a pauta do envelhecimento; e a segunda é para promover a articulação e mobilização das pessoas idosas para a 6ª CONADIPPI, estabelecendo equilíbrio entre as duas finalidades. Sendo assim, em regime de votação, os seguintes conselheiros(as) manifestaram voto favorável pela utilização dos recursos: Epitácio Luiz Epaminondas, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos - SINTAPI-CUT; Claudia Regina de Oliveira Zanini, Representante da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG); Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Representante da Associação Nacional de Gerontologia do Brasil (ANG Brasil); Denise Luci Castanheira, Representante da Associação Nacional de Defensoras(es) Públcos (ANADEP); Eni Carajá Filho, Representante do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (MORHAN); Raimunda Goreth Assunção Espindola, Representante da Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas (ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB); Bernadete Dal Molin Schenatto, Representante da Pastoral da Pessoa Idosa (PPI); Marlene Aparecida Gonçalves, Representante da Associação Cultural de Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APN's); Arilda de São Sabbas Pucú, Representante da Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte (AME); Norivaldo Pereira de Lima Júnior, Representante da Aliança Nacional LGBTI+; Graciliana Selestino Gomes da Silva, Representante do Coletivo Indígena Wakonã; Marilda de Oliveira Brito Cohen, Representante do Ministério das Cidades; João Luiz Andrade Filho, Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Shirlei Correa Rodrigues, Representante do Ministério da Cultura; Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Alexandre da Silva, Representante do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Ana Lúcia Sanches, Representante do Ministério da Educação; Paulo Afonso de Araújo Quermes, Representante do Ministério do Esporte; Cleide Lemes da Silva, Representante do Ministério da Igualdade Racial; Fábio Régis Sparremberger, Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento; Eloá Nascimento dos Santos, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; ; Sr. Rodrigo Morelez Canez, Representante do Ministério do Turismo. Não havendo mais considerações, a proposta foi aprovada por unanimidade. Adiante, o Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho agradeceu a equipe da Secretaria do CNDPI pelo trabalho desempenhado. Posteriormente, realizou uma apresentação das principais ações desenvolvidas pelo CNDPI durante a atual gestão, que se encerra em dois meses. A exposição foi feita de forma resumida, devido ao tempo disponível na reunião e à necessidade de registro ainda na última reunião ordinária. Os principais pontos apresentados foram: 1. Regimento Interno: A gestão iniciou com a aprovação de um novo Regimento Interno, construído por comissão especial, com apoio técnico da equipe e aberto a futuras revisões; 2. Planejamento Estratégico e Plano de Ação: Foi aprovado e monitorado ao longo da gestão, definindo diretrizes claras para o trabalho do colegiado; 3. Reuniões descentralizadas: Foram realizadas duas reuniões regionais (Nordeste e Sul), com ampla participação, produção de cartas e valorização de lideranças locais; 4. Participação em conferências: O Conselho esteve presente em diversas conferências municipais e estaduais, fortalecendo o diálogo com os conselhos locais; 5. Convidados externos: Em quase todas as reuniões, foram convidados especialistas e representantes de outros órgãos para dialogar sobre temas específicos dos direitos da pessoa idosa; 6. Homenagens: Foram realizadas homenagens póstumas a personalidades importantes do movimento da pessoa idosa, como Mariazinha Barroso e José Araújo; 7. Aproximação com os movimentos sociais:

Realização de rodas de conversa e participação em eventos diversos, ampliando o diálogo com conselhos estaduais e municipais; 8. Relação com o Legislativo: Retomado o diálogo com o Congresso Nacional, comissões temáticas e parlamentos locais, inclusive com a promoção de audiências públicas; 9. Campanhas e comunicação: Ampliação da atuação nas redes sociais, com destaque para a criação do perfil no Instagram do CNDPI, campanhas como “Outubro Prateado” e “Conheça seus Direitos”, e lives sobre temas como envelhecimento indígena, saúde mental da população idosa negra, velhices LGBTQIA+ e esporte e lazer para pessoas idosas; 10. Articulação no Interconselhos: Participação ativa do Conselho Nacional em Fóruns interconselhos, com destaque para oficinas e encontros no DF e no RJ; 11. Comissões e grupos de trabalho: Foram criados GTs temáticos, como os de transporte e de resposta à calamidade no RS, além de diversas notas públicas relacionadas a pautas relevantes; 12. Conferência Nacional (6ª CONADIP): Avanços importantes na organização da Conferência, com definição de tema, eixos, criação da Comissão Organizadora Nacional, produção de materiais orientadores, site e perfil oficial nas redes sociais, com apoio da Secretaria e bolsistas; 13. Resultados numéricos expressivos: Aumento de conselhos municipais ativos: de 3.597 (2022) para 3.938 (abril/2025), com tendência de ultrapassar 4.000, fundos da pessoa idosa: de 1.063 para 2.184 fundos ativos, arrecadação: de R\$ 75 milhões (2022) para R\$ 145 milhões (2024) nos fundos habilitados na Receita Federal. Ao final da exposição, agradeceu o apoio da SNDPI, dos conselhos estaduais e municipais, dos ministérios representados no colegiado e da sociedade civil organizada, destacando a atuação conjunta e os avanços obtidos ao longo da gestão. Ressaltou a expectativa de que os próximos dois meses sejam aproveitados para concluir as ações em andamento. Devido ao compromisso no Ministério da Previdência Social, informou que a Presidência e a Vice-presidência se retirariam da reunião, repassando a coordenação dos trabalhos à conselheira mais idosa presente, Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú. Adiante, a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú realizou a verificação dos quóruns das comissões permanentes para definir quais seguiriam com as atividades naquele turno. Em seguida, procedeu à distribuição das comissões nas salas disponíveis, solicitando apoio técnico para a organização dos espaços e orientação quanto ao deslocamento dos Conselheiros(as). **Encerramento da reunião – Dia 11/06/2025:** A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú agradeceu a participação de todos os conselheiros(as) e encerrou o primeiro dia da 126ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

Abertura da reunião – Dia 12/06/2025: O Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho iniciou a 126ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI cumprimentando todos os presentes. Informou que, no dia anterior, ocorreram discussões relevantes, com destaque para a pauta da 6ª CONADIP. Relatou a visita institucional ao Ministro da Previdência Social, na ocasião, foram apresentados: a necessidade de ampliar o atendimento presencial nas agências, a ampliação do serviço nos Correios, a preocupação com a proteção de dados de aposentados e pensionistas e as dificuldades de comunicação com o público idoso (60+), avaliou positivamente a visita e registrou agradecimento à Conselheira Ana Paula Schwelm Gonçalves e a Conselheira Amanda Anderson de Souza, representantes do Ministério da Previdência Social, pela articulação que viabilizou o encontro, considerado de caráter histórico para o colegiado. O Secretário Nacional Alexandre da Silva fez uso da palavra, inicialmente destacando a importância da visita realizada ao Ministro da Previdência Social, ressaltando o acolhimento e a atenção integral dispensados à comitiva, bem como o comprometimento demonstrado pela equipe ministerial. Observou que a reunião evidenciou desconhecimento, por parte de integrantes do Ministério, sobre ações pactuadas anteriormente relativas à pauta da pessoa idosa, o que reforça a necessidade de maior articulação interinstitucional. Relatou que foram apresentadas, pela SNDPI, ações em andamento, como a cartilha de prevenção a golpes, produzida em parceria com o INSS, o programa “Viva Mais Cidadania Digital” e o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado, destacando que tais iniciativas fortalecem a pauta e ampliam sua capilaridade. Informou que a proposta de divulgação dos materiais por canais do INSS foi considerada viável pela equipe ministerial e poderá ser incorporada ao Plano Nacional. Pontuou que o governo tem buscado mitigar os impactos dos descontos indevidos sofridos pelas pessoas idosas, e que a interlocução constante com ministérios de perfil mais finalístico, como MPS e MDS, é fundamental para aproveitar oportunidades de transversalização de políticas públicas voltadas à pessoa idosa. Finalizou agradecendo aos conselheiros(as) que participaram da reunião, reiterando o compromisso de monitorar os encaminhamentos e de informar o colegiado sobre avanços futuros. Após, seguiu-se ao item: Aprovação da Ata da 125ª Reunião Ordinária. Não havendo nenhuma contribuição por parte dos conselheiros(as) presentes, foi aprovada a unanimidade.

Seguidamente, passou-se ao item: Tema: Operação “Sem Desconto”: Respostas da CGU, PF e MPS; Fala da COBAP; Encaminhamentos (Apresentação: Sr. Ronaldo Lima e o Conselheiro Warley Martins Gonçalves). Com a palavra, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que foi criada, por ocasião da 9ª Reunião Extraordinária, uma comissão especial para que possa ser tratado o tema sobre a operação “sem desconto”. A comissão está sendo coordenada pelo **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas**, e diante disso, questionou se algum outro conselheiro gostaria de contribuir com as discussões e debates, que serão realizados durante o prazo de 60 dias do início de sua criação. Em resposta, os(as) seguintes conselheiros(as) optaram por participar da referida comissão: **Conselheira Betânia Maria Pereira dos Santos**, **Conselheiro Eni Carajá Filho** e **Conselheiro João Luiz Andrade Filho**. Em continuação, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** inferiu que para além da reunião que foi realizada com o MPS, houve uma resposta ao ofício encaminhado à Polícia Federal (PF). A PF informou que o processo continua em investigação e, algumas partes, tramitando em sigilo. Diante do exposto, realizou a leitura do ofício de resposta da PF. Após, ressaltou que o MPS encaminhou uma resposta ao conselho, e foi realizada a sua leitura. Também houve uma resposta da Controladoria-Geral da União (CGU), em ofício assinado pelo **Sr. Vinicius Marques de Carvalho**, no dia 2 de junho de 2025. Reforçou que a Comissão Especial foi criada para analisar os ofícios e, se necessário, será realizada uma reunião extraordinária para tratar sobre o assunto. Finalizou a fala ponderando que dos quatro ofícios que foram emitidos, apenas o INSS que não encaminhou resposta. Seguidamente, o **Conselheiro Warley Martins Gonçalves** pontuou não ser justo o que ocorreu com as algumas entidades, pois são instituições responsáveis e que possuem anos de luta. Ressaltou que as instituições que cuidam e defendem as pessoas idosas e aposentados devem ser fiscalizadas, mas não dá para incluir todos no mesmo monte. Adiante, o **Sr. Ronaldo Lima** fez a apresentação de um vídeo que conta a trajetória da COBAP. Posteriormente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** inferiu que a ideia do conselho é permitir o acesso à informação, pois muitas vezes a investigação tramita em sigilo e a imprensa traz algumas informações, geralmente, reportagens rápidas e com um tipo de viés. Reforçou também que a ideia do colegiado não é julgar, pois não possui competências para tal, mas apenas para que sejam apresentadas as informações sobre o assunto. Informou que o conselho recebeu da COBAP o encarte “CPI da Previdência, Ousadia e Verdade”. Após, o **Sr. Adilson Rodrigues da Silva** inferiu que as fraudes do INSS começaram em 2019, quando entraram empresários, grandes corporações e algumas outras pessoas que não têm a ver com os Movimentos Sociais. Seguidamente, a **Conselheira Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic** considerou que é do entendimento de todos que o conselho não está fazendo o papel de inquisidor. Ponderou também sobre a fragilidade da pessoa idosa, a ausência de letramento digital. O **Conselheiro Epitácio Luiz Epaminondas** registrou preocupação com a forma como chegou ao Conselho a notícia da mudança na presidência do INSS, defendendo que o colegiado deve focar no debate político e institucional, e não em julgamentos pessoais. Destacou a importância da união entre entidades, da aproximação com o Parlamento e da atuação pautada pela ética, evitando generalizações e pré-julgamentos. Reforçou que é necessário respeitar diferentes posicionamentos e construir caminhos que fortaleçam o movimento e as políticas voltadas à pessoa idosa. Adiante, o **Conselheiro Eni Carajá Filho** pontuou que o CNDPI deve postar uma Nota de Repúdio ao acontecimento, não sendo destinada ao Governo e nem ao MPS, mas a situação ocasionada. Finalizou reforçando que as entidades não podem ser retiradas do conselho. Posteriormente, a **Conselheira Eloá Nascimento dos Santos** inferiu que a pessoa se torna mais cidadã a partir do momento em que é representada, se reúne e organiza. Considerou também que quando se fala sobre inserção produtiva e ocupacional, é necessário tratar acerca da questão da representação também. Em seguida, a **Conselheira Graciliana Selestino Gomes da Silva** saudou a história de todos os companheiros, especialmente da COBAP, pela coragem dentro da luta em defesa da pessoa idosa e da política, no exercício da cidadania, que é muito mais importante pois o desmonte da política da pessoa idosa enfrentado no país é preocupante. Em seguida, o **Conselheiro Fábio Régis Sparremberger** inferiu que sempre teve o cuidado de fazer um pré-julgamento, principalmente porque a mídia bombardeia notícias. Ressaltou que é importante que essas entidades que pertencem ao conselho sejam enfáticas em sua defesa. Ato contínuo, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** propôs, como encaminhamentos: Solicitar, em caráter de urgência, reunião com a gestão do INSS, informando já ter ocorrido reunião com o Ministro do MPS, a fim de obter resposta aos ofícios anteriormente enviados e ainda não respondidos; Oficiar a Secretaria Nacional de Participação Social, que é vinculada ao Gabinete da Presidência da República, solicitando um momento

de reunião com o interconselhos, sobre a referida demanda; determinar que a comissão específica, já criada em reunião extraordinária, analise os documentos apresentados, incluindo processo judicial mencionado pela PF, e apresente relatório ao colegiado no prazo de 60 dias, para eventual deliberação. Em complementação a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú sugeriu que, além dos encaminhamentos já mencionados, fosse incluído um adendo no ofício ao INSS, indicando a necessidade de realização de estudo e revisão das formas de concessão de empréstimos. Ressaltou a importância de que essa revisão não prejudique as pessoas que necessitam recorrer a esses empréstimos, ao mesmo tempo que evite os problemas atualmente verificados, sem acarretar prejuízos financeiros ou políticos ao governo. Não havendo nenhuma objeção, os encaminhamentos foram aprovados pelos conselheiros(as) presentes. Após, seguiu-se ao item: Informações sobre Processo Eleitoral do CNDPI. Com a palavra, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** inferiu que se trata da Resolução nº 79, de 6 de junho de 2025, que foi publicada de maneira oficial em 11 de junho de 2025, no Diário Oficial da União (DOU). A referida resolução faz referência a constituição da Comissão Eleitoral para realizar a escolha das entidades da Sociedade Civil que comporão o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa para o Biênio de 2025/2027. Seguidamente, foi realizada a leitura da resolução. Ressaltou que existem quatro representações, conforme deliberação na 9ª Reunião Extraordinária, sendo elas: ANADEP, SESC pela Sociedade Civil, MDHC e MPO pela Representação Governamental. Informou também que após aprovado o edital, será publicado e iniciado o processo eleitoral. Como encaminhamento, foi proposto enviar a resolução apresentada aos conselheiros(as) nacionais e aos conselhos estaduais. Seguidamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** abriu a etapa de informes, iniciando por ele próprio, considerou que o CNDPI possui muitas ações e atividades, algumas presenciais, outras online, sendo algumas em Brasília e em outros estados também. Sendo assim, no decorrer da gestão foi realizado um rodízio, sabendo que algumas ações demandam a presença da presidência do conselho, então não é possível modificar, mas quando não há essa necessidade, o rodízio de conselheiros(as) é contemplado. Após a Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú apresentou informe sobre sua participação no X Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, com organizações da sociedade civil, representando o Conselho por indicação da Presidência. Relatou que foi realizada apresentação sobre os direitos da pessoa idosa e sobre o papel dos conselhos de direitos, abordando sua composição, estrutura e função deliberativa, com participação da sociedade civil e do governo. Destacou a experiência apresentada pelo Conselho Municipal de Belo Horizonte, que possui sistemática estruturada para arrecadação e destinação de recursos dos fundos do idoso e da criança e do adolescente, com editais e projetos submetidos à avaliação do conselho. Comparativamente, informou que a arrecadação nacional do fundo do idoso é de cerca de R\$ 2,3 milhões, o que corresponde a apenas 2% da arrecadação de Minas Gerais, apontando a necessidade de refletir sobre estratégias para ampliar os recursos no âmbito nacional sem comprometer a descentralização. Sugeriu que, em oportunidade futura, o Conselho convide representantes do Conselho Municipal de Belo Horizonte para compartilhar sua experiência e promover debate sobre mecanismos de arrecadação e destinação de recursos, incluindo temas polêmicos como a destinação dirigida. Posteriormente, a Coordenadora-Geral Ana Lúcia da Silva registrou a participação da Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú no X Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União, durante o Encontro do Ministério da Gestão e Inovação, no painel “Implementação de Política Pública através das Parcerias com a Sociedade Civil”, foi apresentada a experiência de Belo Horizonte, que adota metodologia regulamentada para captação e aplicação de recursos, destinando 80% ao projeto proponente e 20% ao fundo global, que apoia entidades com menor capacidade técnica. Destacou a importância de o CNDPI definir regulamentação própria para uso dos recursos do FNI e o papel do MIROSC como instrumento essencial para viabilizar tais parcerias. A Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú ressaltou que muitas instituições e entidades permanecem inadimplentes devido às dificuldades de acesso aos recursos do fundo. Observou que há uma expectativa, por parte de representantes estaduais e da Secretaria, de que o Conselho Nacional avalie e apresente propostas sobre a questão da destinação direta, uma vez que alguns estados já vêm legislando sobre o tema sem um alinhamento ou diretriz nacional. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reforçou a fala da Conselheira Arilda de São Sabbas Pucú, informando que recebeu contato de representante do Conselho Federal de Contabilidade sobre a possibilidade de aplicação, aos fundos dos direitos da pessoa idosa, da lei da chancela utilizada no âmbito da criança e do adolescente. Mencionou ainda que, no Estado do Rio de Janeiro, tramita discussão para alteração da lei do fundo

estadual, mais antiga que a Lei Nacional nº 12.213/2010, com várias especificidades. Destacou que a necessidade de avançar na normatização já foi identificada pelas Comissões de Normas e de Orçamento e Fundos, e que o Conselho deverá se debruçar sobre o tema nos próximos meses, com apoio da Secretaria. Adiante, passou-se ao item: Ações da Secretaria para os próximos meses. Com a palavra, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** apresentou o planejamento da SNDPI para o segundo semestre, com foco na consolidação e institucionalização de dois programas recém-criados, sem previsão de novos programas devido à restrição orçamentária. Destacou a continuidade e ampliação do Projeto Viva Mais Cidadania Digital, com resultados positivos em inclusão e letramento digital, e do projeto Educação para Toda a Vida e Vida Digna, atualmente em execução no Rio Grande do Norte. Informou sobre o contingenciamento de R\$ 87 milhões no Ministério, priorizando a realização da Conferência Nacional e buscando expansão de ações por meio de emendas parlamentares e aportes de fundos estaduais e municipais. Apresentou as consultorias abertas pela Unesco, voltadas ao monitoramento e avaliação de políticas públicas, melhoria dos fluxos da Ouvidoria, desenvolvimento de materiais educativos, criação de um Observatório de Direitos Humanos da Pessoa Idosa com parcerias internacionais e fortalecimento da Rede Nacional de Gestores de Direitos Humanos. Mencionou a realização de diagnóstico e consolidação da RENADI como possível legado da gestão, e o apoio a ações de enfrentamento institucional em defesa dos direitos humanos. Reafirmou o compromisso de buscar a ratificação da Convenção Interamericana sobre os Direitos Humanos da Pessoa Idosa e acompanhar discussões sobre a criação de uma convenção internacional. Quanto ao Plano Nacional, registrou dificuldades de pactuação e execução em razão dos cortes orçamentários, mas garantiu a realização da conferência. Encerrou destacando a importância de manter projetos e editais prontos para execução imediata, aproveitando eventuais liberações de recursos. Posteriormente, a **Coordenadora Paula Erica Batista de Oliveira** informou que sua participação tinha como objetivo apresentar a Campanha Nacional Junho Violeta 2025, realizada em alusão ao Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa (15 de junho), cuja temática central é a intergeracionalidade como estratégia para o enfrentamento à violência. Destacou dados sobre o envelhecimento populacional no Brasil e apresentou os objetivos da campanha: informar e sensibilizar a sociedade, identificar tipos de violência, estimular o convívio entre gerações, mobilizar atores estratégicos e popularizar o conceito de intergeracionalidade. Apresentou o conceito visual desenvolvido pela ASCOM/MDHC, cujo símbolo é um laço em formato de coração, e destacou as ações de comunicação previstas, como vídeos, peças gráficas e postagens nas redes sociais. Ressaltou o uso de imagens reais de comunidades brasileiras, mediante autorização, para representar a diversidade do país. Relatou atividades recentes da SNDPI e do MDHC, como conferências municipais, ações com povos indígenas no MS, participação no Encontro Nacional de Gestores da Política da Pessoa Idosa e articulação com a Secretaria Nacional LGBTQIA+, que neste ano pautará o envelhecimento da população LGBT na Parada de São Paulo. Finalizou convidando todos a participarem das atividades e reforçou a importância de difundir a intergeracionalidade como política pública e prática social. Em seguida, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** realizou a apresentação da proposta da Cartilha “Idade pede cuidado, não violência: Um Guia de Proteção à Pessoa Idosa” do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, elaborado pelas Conselheiras Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic e Betânia Maria Pereira dos Santos, em parceria com o Conselho Federal de Enfermagem. Aberto as considerações, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** parabenizou a equipe envolvida na produção e submeteu a votação, considerando que após sua aprovação a cartilha deve passar pela Assessoria de Comunicação do Ministério para que possa ser verificado se houve algum equívoco. Não havendo nenhuma consideração, a Cartilha “Idade pede cuidado, não violência: Um Guia de Proteção à Pessoa Idosa” foi aprovado à unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** agradeceu a todo o colegiado pelo tempo da gestão e ressaltou o quanto foi maravilhosa a convivência durante o período. Ressaltou que ninguém é tão essencial para o ministério, que todos são substituíveis, mas o que constrói o conselho é o respeito das relações, que podem até virar amizade, e isso é o mais importante. Após, seguiu-se ao item: Apresentação dos 44 anos de existência do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan. Seguidamente, foi realizada a leitura de um manifesto elaborado pela entidade. Posteriormente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que os(as) Conselheiros(as) Eni Carajá Filho, Lucimar Batista da Costa e Mirian da Silva Queiroz Lima irão elaborar minuta de Recomendação do Conselho, visando solicitar celeridade na análise dos processos de indenização, com o consequente aumento da equipe da

comissão julgadora responsável pela apreciação dos processos referentes às pessoas atingidas pela hanseníase e aos filhos separados de seus pais. Tal medida busca acelerar o julgamento e assegurar que os beneficiários, muitos já em idade avançada, recebam o direito ainda em vida. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos(as) Conselheiros(as) presentes. Em seguida, passou-se ao item: Relato das Comissões e Grupos Temáticos. Com a palavra, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** inferiu, acerca da Subcomissão de Conferências Livres Nacionais, que realizou reunião recentemente, para estabelecer os critérios de distribuição das vagas de delegados(as) para a Conferência Nacional. A proposta apresentada para a distribuição das 58 vagas de delegados(as), seguirá dois critérios: 1. Critério quantitativo: número de delegados(as) participantes na Conferência Livre Nacional, sendo o mínimo de 50 participantes para a eleição de 01 delegado(a) e acima de 900 participantes elegendo 6 delegados(as); 2. Critério qualitativo - 1 vaga extra para as CLN que apresentaram na ficha de inscrição, o seu público-alvo os grupos presentes no art. 5º da Convenção Interamericana (12 grupos); 3. três vagas que serão distribuídas para as instituições que acolherem os povos ciganos (1), pessoas com deficiência (1) e migrantes e apátridas (1), tendo em vista que o processo das CLN não conseguiram chegar até a estes grupos. Ato contínuo, a proposta foi posta em regime de votação, e não havendo mais considerações, foi aprovada pelos(as) conselheiros(as) presentes, porém com duas abstenções das seguintes representações: Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte (AME) e Coletivo Indígena Wakonã. Após, a **Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima** inferiu sobre a proposta de encaminhamento de uma nota de apoio a uma campanha nacional pela destinação de 1% do PIB para o fortalecimento das políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para apoio e auxílio na minuta, os conselheiros **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** e **Eni Carajá Filho** se colocaram à disposição. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos(as) Conselheiros(as) presentes. **Encerramento da reunião – Dia 12/06/2025:** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** fez um agradecimento especial a todos os(as) conselheiros(as), a equipe, a secretaria e encerrou a 126ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI).

ALEXANDRE DA SILVA

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre da Silva, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 25/08/2025, às 19:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5094762** e o código CRC **BDFFEDDB**.